

AS LEIS 10.639/2003, 11.645/2008 E A PESQUISA ACADÊMICA: UM PANORAMA CAPIXABA

Cintia da Silva Moraes (UFES)¹

Lucecleia Francisco da Silva (UFES)²

RESUMO: Esse trabalho analisa, no contexto do Espírito Santo, mais especificamente, no Programa de Pós-Graduação em Letras, as pesquisas concluídas no que se referem às Leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Assim sendo, realizamos um mapeamento das referidas pesquisas e se as mesmas estão sendo contempladas nos trabalhos produzidos do Programa pelo corpo de pesquisadores atuais, em detrimento do racismo estrutural que se arraiga em nossa sociedade desde a escravização, quando se preconizava o ser humano como mercadoria.

PALAVRAS-CHAVE: Lei N° 10639/2003; Lei N° 11645/2008; Literatura; Pesquisa acadêmica; UFES.

ABSTRACT: This work analyzes, in the context of Espírito Santo, more specifically, in the Postgraduate Program in Letters, the research completed in relation to Laws 10.639/2003 and 11.645/2008. Therefore, we carried out a mapping of the aforementioned researches and whether they are being contemplated in the works produced by the Program by the body of current researchers, to the detriment of the structural racism that has been rooted in our society since enslavement, when human beings were advocated as merchandise.

KEY-WORDS: Law N° 10.639/2003; Law N° 11.645/2008; Literature; Academic research; UFES.

*"De que vale ter voz
se só quando não falo é que me entendem?
De que vale acordar
se o que vivo é menos do que o que sonhei?"³*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao observarmos os currículos dos cursos superiores que envolvem a formação de professores, notamos o domínio dos valores ocidentais nas disciplinas ofertadas, nas ementas, nas bibliografias e nos trabalhos de pesquisas produzidos. Os documentos oficiais da educação básica também seguem esse ritmo, com exceção das Leis N° 10.639/2003 e N° 11.645/2008, que representam conquistas na área, mas, na prática, ainda pouco presentes no cotidiano escolar.

¹ Mestra e doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Espírito Santo, com bolsa de pesquisa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (FAPES), professora do ensino fundamental na rede municipal de ensino de Serra, Serra/ES, Brasil.

² Mestra e doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo, pedagoga e professora do ensino fundamental na rede municipal de ensino de Serra, Serra/ES, Brasil.

³ Versos do menino que escrevia versos (COUTO, 2009, p. 93).

Com isso, os valores culturais integrantes das nossas raízes, isto é, daqueles que já estavam presentes antes mesmo de os europeus chegarem por aqui, são deixados à margem.

Tal aspecto denota as consequências da colonização e do capitalismo desenfreado em que estamos mergulhados, nadando em direção contrária, nos afundamos cada vez mais e vivemos em constante desequilíbrio e sentimos suas consequências. Por isso, é necessário voltarmos às nossas raízes, aos valores culturais que nos constituem, de nos aproximarmos daqueles que vieram antes de nós, numa tentativa de equilíbrio com as forças vitais.

Na iminência do vigésimo aniversário da primeira lei citada, divisamos a necessidade de observar e avaliar as conquistas e os percalços, para seguir avançando na luta antirracista. Assim, o presente trabalho desenvolve-se a partir de algumas inquietações sobre a representação do negro, a partir da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e a Lei 11645, de 10 de março de 2008. A Lei 10.639/2003 alterou a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Trabalho esse, bibliográfico-documental, analisará as pesquisas do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo. Nesse sentido, propomos um mapeamento das referidas pesquisas e se as mesmas têm impacto direto a partir das Leis já citadas.

As Leis referenciadas, foram implementadas e completam, respectivamente, no ano de 2022, dezenove (19) e quatorze (14) anos. Lembramos que as referidas leis foram elaboradas num contexto político onde a esquerda estava no poder, porém, nossa Constituição, datada no ano de 1988 tem em sua essência um conteúdo judaico-cristão.

O nosso trabalho se insere numa perspectiva antirracista. E entendemos que lutar por uma educação antirracista, num país tão desigual e racista é imprescindível no momento atual em que estamos imersos.

Ribeiro (2019) nos convoca a um olhar mais minucioso sobre a herança escravocrata, no Brasil:

Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos (RIBEIRO, 2019, p. 85).

Desse modo, reconhecendo a necessidade da visibilidade da temática nas pesquisas acadêmicas e nos currículos escolares, faremos um relatório de estudos recentemente realizados, a partir do catálogo de pesquisas de teses e dissertações do Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo, a respeito das pesquisas já desenvolvidas no tema em questão. Também comentaremos a ausência da temática em documentos oficiais da educação básica e sobre a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003, que altera a Lei nº 9.394/96[3] para incluir a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino e da Lei Federal Nº 11.645/2008.

AS LEIS 10.639/2003 E 11.645/2008

A lei 10.639 é uma lei do Brasil que altera a Lei 9.394/1996, ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino de “história e cultura afro-brasileira” dentro das disciplinas que já fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio. Também estabelece o dia 20 de novembro como o dia da consciência negra no calendário escolar.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’ (BRASIL, 2003).

Já a Lei 11.645/2008 modifica a lei anterior, incluindo os povos indígenas:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da

sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras (BRASIL, 2008).

A data foi escolhida em homenagem ao dia da morte do negro quilombola Zumbi dos Palmares e é um dia de luta contra o preconceito racial no Brasil, contudo, grande parte das pessoas utilizam a data para perpetuar o racismo e o preconceito, por meio de discursos infundados, parciais, descolados da própria realidade, de nossas raízes, da nossa história e nossa constituição.

Dessa forma, ainda vemos a representação do indígena e do negro como submisso, passivo. Precisamos reconhecer que o negro foi escravizado e estabelecer reflexões mais aprofundadas sobre os acontecimentos históricos, o contexto desses episódios e o reflexo deles que perpetuam na sociedade como o preconceito, o racismo, as injustiças sociais e econômicas, a intolerância religiosa, no que se refere ao modo de vida e à cultura afrobrasileira. Esta é uma área que ganha bastante repercussão nas redes sociais, inflama a população, causa desconforto e perseguição aos professores que fazem jus às leis e aos direitos daqueles que ainda se encontram à margem dos seus direitos sociais, culturais, econômicos etc.

Ao nosso ver, tais leis propõem novas diretrizes curriculares para o estudo da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena em todas as suas nuances. Por exemplo, os professores devem ressaltar em sala de aula que a herança cultural herdada e formadora da sociedade brasileira faz parte do povo brasileiro, no qual negros e indígenas são considerados sujeitos históricos, valorizando, portanto, sua contribuição na cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas. Entendemos ainda que todo o corpo social deve se unir num esforço coletivo para que esses mesmos sujeitos não permaneçam alijados do processo de inserção social, educativa, dentre outros, aos quais têm direito.

Nesse contexto é importante sinalizar que também a literatura nos acena como uma possibilidade de transformação social já que ela é capaz de organizar os pensamentos por meio da reflexão e, assim, permitir modificações das nossas ações. Para Oliveira (2014) o deslocamento de práticas ritualísticas das sociedades negro-africanas para o plano literário constitui-se numa técnica artística moderna.

O texto é sempre, sob modalidades várias, um intercâmbio discursivo, uma tessitura polifônica na qual confluem, se entrecruzam, se metamorfoseiam, se

corroboram ou se contestam outros textos, outras vozes e outras consciências (AGUIAR SILVA, 2007 p. 625 *apud* OLIVEIRA, 2014, p. 65).

Muito se discute sobre um currículo que aborde as questões raciais na escola, mas precisamos compreender, na prática, se elas estão se desenhando na realidade escolar. Por fim, consideramos primordial a formação de professores de maneira sistemática e organizada para que o ensino de literatura nas escolas privilegie a literatura africana com autonomia, autoridade e consistência teórica para que consigamos construir uma sociedade mais igualitária e humana.

A LEI 10.639/2003, A LEI 11.645/2008 E A PESQUISA ACADÊMICA: UM PANORAMA CAPIXABA

O privilégio epistemológico que foi elaborado e intensivamente reforçado com o colonialismo tem como consequência esse epistemicídio quando falamos de negros e também de indígenas. Sabemos que a condição de subalternidade em que se encontram reflete a imensa desigualdade social existente em nosso país. Para além de pensar a superação das dicotomias impostas na modernidade/colonialidade, é fundamental pensar a humanidade para além da branquitude, da perspectiva eurocêntrica.

As estatísticas mostram que a cada vinte e três minutos um negro morre assassinado, no Brasil. Sobre esse tema, a coordenação do Grupo de Trabalho de História da África (ANPUH) publicou uma carta em 2020, na qual demonstra uma sociedade que mata os seus negros, sem qualquer distinção:

Mais um homem negro assassinado no Brasil. Mais uma vítima do racismo. No dia 19 de novembro de 2020, a vítima foi João Alberto Silveira Freitas, em Porto Alegre. Quem será amanhã? Onde será? Nós, professores e pesquisadores de História da África, estamos fartos de saber do caráter velado do racismo no Brasil, de sua constante negação por autoridades políticas e setores da sociedade que usufruem da branquitude recusando-se a perceber a imoralidade dos privilégios de raça que lhe são conferidos diuturnamente. Estamos fartos de presenciar a dor daqueles que são privados do convívio com familiares e amigos que não puderam usufruir da própria vida por terem sido mortos, às vezes por forças do Estado, por “seguranças”, pela violência urbana cujas balas perdidas insistem em encontrar corpos pretos. Estamos fartos de apontar estatísticas que indicam a matança anual de pessoas negras no Brasil, que apontam a desigualdade de acesso aos recursos públicos, como educação e saúde, que não deixam dúvidas sobre como a cultura do racismo é construída no dia a dia, em piadas supostamente inocentes que ceifam expectativas, destroem autoestimas, encurtam vidas (MACEDO; REIS; MOTA, 2020).

Nos fizeram acreditar no mito da democracia racial. Assim, nosso compromisso dentro de uma ética pedagógica é o de desmistificá-la, como nos afirma Krenak (2020):

A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível. Esse chamado para o seio da civilização sempre foi justificado pela noção de que existe um jeito de estar aqui na Terra, uma certa verdade, ou uma concepção de verdade, que guiou muitas das escolhas feitas em diferentes períodos da história (p. 11).

Esse trabalho de desmistificação é longo e árduo, haja vista as dificuldades que os professores da educação básica encontram para trabalharem os temas no Espírito Santo e no Brasil. É muito comum acompanharmos notícias sobre intolerância religiosa no desenvolvimento de projetos escolares tanto em âmbito local quanto no nacional, como foram os casos dos temas da redação Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) 2016 e 2022. Entendemos a especificidade do trabalho dos professores no enfrentamento de ideias antidemocráticas e, por isso, nossa atenção, neste trabalho, está voltada para a universidade, o ambiente de formação do professor, espaço de reflexão, de pesquisa e de análise da conjuntura social da qual participam escola e sociedade.

As pesquisas acadêmicas, portanto, devem assumir a responsabilidade da consistência teórica, da observância às teorias que convergem para a mesma perspectiva, ainda que seus autores não sejam notadamente reconhecidos ou que ainda não tenham recebido a relevância intelectual de suas pesquisas e publicações. Isso é importante, uma vez que é das universidades que o conhecimento alcança a sociedade. Assim, além da academia, é responsabilidade de toda a sociedade lutar pelas ausências identitárias, mas é preciso que no âmbito acadêmico possa ser observado e documentada o absentismo de elementos significativos dos povos originários nos sistemas educacionais brasileiros e estabelecer maneiras de inserção desses elementos no currículo escolar.

Por isso, buscamos identificar e enumerar as pesquisas acadêmicas que contemplem a temática. Foram identificadas 27 pesquisas de dissertação e 8 pesquisas de tese. Nosso resultado compreende a busca realizada na primeira quinzena de novembro de 2022, na página do programa e no sítio do repositório da universidade. É possível que outras pesquisas tenham sido defendidas a partir desse período e que haja outras em andamento e não foram enumeradas aqui. Além disso, algumas defesas registradas na página do programa ainda não estão

disponíveis no repositório para consulta. Assim, enumeramos aquelas que tivemos acesso e apenas mencionamos as que não pudemos acessar.

DISSERTAÇÕES E TESES DESENVOLVIDAS NO PPGL

A apuração compreende a observação de todas as dissertações defendidas no programa, sendo a primeira na data de 30 de outubro de 1998 e a última em 26 de julho de 2022, totalizando 254 pesquisas. O percentual de dissertações desenvolvidas a partir da temática é de 9,4.

TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	PESQUISADOR	ORIENTADOR	ANO
A construção da identidade nacional pela representação do indígena no mestiço antropofágico de <i>Macunaíma</i>	Literatura brasileira; Modernismo; Identidade nacional; Macunaíma; Indígena.	Gustavo Luz Raft	Jurema José de Oliveira	2018
A criação de personagem em <i>Niketche: uma história de poligamia</i>	Narrativa. Personagem. Feminino. Estudos Africanos.	Selso Vieira Farias Junior	Jurema José de Oliveira	2017
A importância da obra de Solano Trindade no panorama da literatura brasileira: uma reflexão sobre o processo de seleção e exclusão canônicos	Solano Trindade, identidade negra, cânone.	Suely Maria Bispo dos Santos	Jorge Luiz do Nascimento	2012
A persona rapper de Criolo inscrita em canções de <i>Nó na orelha</i>	Criolo. Álbum <i>Nó na Orelha</i> . Persona rapper. Canção como poesia oral. Estudos da performance.	Wallas Gomes Zotelli	Viviana Mônica Vermes	2016
A questão ancestral em <i>Um rio chamado tempo, uma casa chamada Terra</i> , de Mia Couto	Literatura moçambicana. Mia Couto. Ancestralidade. Tradição.	Thiara Cruz de Oliveira	Jurema José de Oliveira	2018

Africanidades em três letras de rap de Rincon Sapiência: fuga como resistência, tradição oral e consciência	Rap. Rincon Sapiência. Oralidade. Africanidades. Fuga. Resistência. Autoestima.	Wellington Alves dos Santos	Jurema José de Oliveira	2019
Autor, narrador, personagem: as várias facetas dos Aires de Machado		Ana Carla Lima Marinato	Fabiola Simão Padilha Trefzger	2013
<i>Becos da memória</i> : a (des)construção de um (não) lugar para vozes silenciadas	Mulher negra. Território. Desfavelamento. Becos da memória. Conceição Evaristo, Maria-Nova.	Mileide Santos Dias	Jurema José de Oliveira	2020
Entre o pranto e a mofa, a pátria idolatrada em <i>Triste fim de Policarpo Quaresma</i> , de Lima Barreto: sob a égide do arrivismo, da nação em seu rolar de Sísifo	Lima Barreto. República Velha. Identidade nacional. Ironia. Triste fim de Policarpo Quaresma.	Cinthia Mara Cecato da Silva	Deneval de Azevedo Siqueira Filho	2010
Entre vozes, caminhos e cantos: um estudo sobre a obra <i>O outro pé da sereia</i> , de Mia Couto	Identidade. mestiçagem. Hibridismo. Personagens. Religiosidade.	Maria Luiza Meirelles	Luis Eustáquio Soares	2015
Exus, Cus e Ecos: a poética erótico-sagrada de Waldo Motta	poesia; erotismo; sagrado; literatura.	Ériton Bernardes Berçaco	Luís Eustáquio Soares	2008
Irrompendo silêncios: a literatura afro-brasileira de Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus e Conceição Evaristo	Literatura afro-brasileira; mulheres negras; escrevivência; giro decolonial; feminismos periféricos.	Michelly Cristina Alves Lopes	Adélia Maria Miglievich Ribeiro	2019

Literatura e Feminismo: escritixitência em <i>Quarto de Despejo</i>	Carolina Maria de Jesus- Quarto de Despejo; Crítica Literária Feminista; Feminismo Decolonial.	Kamillan Benevenuto de Souza	Maria Mirtis Caser	2022
Machado de Assis: cinismo e realidade	Machado de Assis. Cinismos. Realismo. Brasil. Capitalismo.	Marcelo Burmann de Souza	Luís Eustáquio Soares	2019
Machado de Assis, tradutor de Hugo	Machado de Assis. Victor Hugo. Tradução. Crítica literária. Les travailleurs de la mer.	Diego do Nascimento Rodrigues Flores	Marcelo Paiva de Souza	2007
O abismo do inexplicável: uma leitura das múltiplas mortes em 'Memórias póstumas de Brás Cubas', de Machado de Assis	Morte. Machado de Assis. Memórias Póstumas de Brás Cubas. Psicanálise. Sigmund Freud.	Thiago Elias Ribeiro	Wilberth Claython Ferreira Salgueiro	2018
O Karaíba: uma história do pré-Brasil, de Daniel Munduruku. A voz da resistência indígena em tradução.	Daniel Munduruku-O Karaíba: uma história do pré-Brasil; literatura indígena; tradução.	Martina Becchetti	Maria Mirtis Caser	2021
O templo e a força: uma insurreição imaginada a partir da história	O templo e a força. Literatura e História. Insurreição do Queimado.	Isabela Basílio de Souza Zon	Jorge Luiz do Nascimento	2011
O espelho em contos de Machado, Cruls e Rosa	Machado de Assis. Gastão Cruls. Guimarães Rosa. Coisa. Espelho. Fantástico.	Dayna Suzelli Polonini	Sérgio da Fonseca Amaral	2021
<i>Olhos d'água</i> , de Conceição Evaristo: a voz da mulher na corda bamba da tradução	Olhos d'água, tradução, Conceição Evaristo, escrevivência, literatura negra	Alessandra Saramin	Raimundo Nonato Barbosa de Carvalho	2019

O negro em Machado de Assis: escritos da escravidão	Machado de Assis. Negro. Escravidão. Violência. Crítica.	Andressa Vieira	Maria da Luz Pinheiro de Cristo	2019
Questões de gênero na organização da sociedade moçambicana: a mulher em xeque em <i>Niketche: uma história de poligamia</i> , de Paulina Chiziane	Relações de Gênero. Mulheres Moçambicanas. Feminismo Hegemônico. Paulina Chiziane. Feminino.	Rejjane dos Santos Teixeira	Jurema José de Oliveira	2018
Questões de raça, gênero e classe na tradução de <i>Diário de Bitita</i> , de Carolina Maria de Jesus	Carolina Maria de Jesus, Diário de Bitita, Tradução, Racismo estrutural, Interseccionalidade	Jacopo Pedrotti	Michele Freire Schiffler	2021
Rádio escola no ar: a palavra (en)cantada na Educação Literária Antirracista	Educação literária Leitura Dizer Racismos	Jamille Gomes Ghil	Jorge Luiz do Nascimento	2018
Transbordamento: <i>Ficções diárias</i> , de Evando Nascimento	Ficção brasileira contemporânea – Evando Nascimento. Différance – Jacques Derrida. Desconstrução na literatura. Autoficção e alterficção. Literatura e gêneros.	Wallysson Francis Soares	Fabíola Simão Padilha Trefzger	2019
Três contos fantásticos de Machado de Assis	Machado de Assis. Literatura fantástica. “A vida eterna”. “O capitão Mendonça”. “A chinela turca”.	Larissa Ferreira Prudêncio Trovalin	Sérgio da Fonseca Amaral	2022
Vozes negras em movimento: reivindicações feministas e ancestrais nas performances do coletivo Sarau das Pretas	Sarau, performance, oralidade, feminismo, racismo.	Stefania Perozzo	Michele Freire Schiffler	2021

TESES DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO PPGL

Conforme nosso levantamento na página do Programa de Pós-graduação, há seis trabalhos de pesquisa de tese que contemplam a temática assegurada pela Lei N°10.639/2003. A apuração compreende a observação de todas as teses defendidas no programa, sendo a primeira na data de 27 de maio de 2014 e a última em 28 de julho de 2022, totalizando 95 pesquisas. O percentual de teses desenvolvidas a partir desse assunto é de 1,2.

TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	PESQUISADOR	ORIENTADOR	ANO
A melancolia de resistência como identidade: um estudo sobre as obras Mayombe e a geração da utopia de Pepetela	Engajamento; Melancolia; Melancolia de resistência; Identidade; Mayombe; A Geração da Utopia; Pepetela.	Cibele Verrangia Corrêa da Silva	Adelia Maria Miglievich Ribeiro	2018
Da Negação do Nacional ao Nacional Negativo: a Crítica de Machado de Assis (do Oitocentos ao Contemporâneo)	Machado de Assis; crítica literária; nacional; história do Brasil	Wolmyr Aimberê Alcantara Filho	Wilberth Claython Ferreira Salgueiro	2017
Do vivido ao escrito: o testemunho de Lima Barreto em <i>Diário de Hospício e Cemitério dos Vivos</i>	Testemunho; Loucura; Lima Barreto; Diário do hospício; O cemitério dos vivos.	Cinthia Mara Cecato da Silva	Wilberth Claython Ferreira Salgueiro	2017
Etnicidade e Literatura: a presença do negro na Literatura Marginal Periférica	Identidade Cultural; Etnicidade; Espacialidade Urbana; Literatura Afrobrasileira; Literatura Marginal Periférica.	Luciana Marquesini Mongim	Jorge Luiz do Nascimento	2019

Machado de Assis, poeta-tradutor	Estudos de tradução. Crítica de tradução. Tradução de poesia. Machado de Assis.	Diego do Nascimento Rodrigues Flores	Raimundo Nonato Barbosa de Carvalho	2019
Mulheres negras: tradições orais, artes, ofícios e identidades	Artes e ofícios; Identidades; Mulheres negras; Tradições orais.	Jacqueline Laranja Leal Marcelino	Stelamaris Coser	2016
Sagrada poesia maldita: o desenvolvimento da cosmovisão homoerótica na obra de Waldo Motta	Erotismo. Poesia. Religião. Homossexualidade. Waldo Motta.	Marcel Bussular Martinuzzo	Lino Machado	2020
Slam: a poesia oral como signo de afirmação identitária e resignificação histórica de mulheres negras	Feminismo negro; Identidade; Interseccionalidade; Poesia Slam; Resistência.	Fabrcia Bittencourt Pazinatto Vago	Maria Mirtis Caser	2021

A partir dos dados listados acima, percebemos a variedade de temas abordados nas pesquisas: ancestralidade, decolonialidade, escravidão, feminismo e mulheres negras, identidade, interseccionalidade, literatura africana, literatura afro-brasileira, literatura indígena, literatura negra, mestiçagem, música, poesia slam, racismos, religiosidade, resistência, tradições orais e tradução.

Para além dos temas, destacamos a visibilidade dada a autoras negras, autores negros, autores africanos e autores indígenas: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo, Daniel Munduruku, Evando Nascimento, Lima Barreto, Machado de Assis, Maria Firmina dos Reis, Mia Couto, Paulina Chiziane, Pepetela, Solano Trindade, Waldo Motta.

Ainda sobre autoria, destacamos a relevância da produção literária de Machado de Assis e a importância das pesquisas desenvolvidas a partir de seus escritos. Trazemos à memória o grave erro com a imagem do intelectual negro que, após anos sendo retratado como branco, foi,

finalmente, retratado com sua cor e traços respeitados⁴. Foram desenvolvidas 6 dissertações e 2 teses sobre o autor no programa.

As pesquisadoras Alessandra Saramim, Stefania Perozzo e o pesquisador Jacopo Pedrotti realizaram suas pesquisas por meio da parceria entre a Universidade Ca'Foscari, da Itália, sob orientação da Professora Dr^a Vanessa Castagna e a Universidade Federal do Espírito Santo sob orientação do Professor Dr Raimundo Carvalho e da Professora Dr^a Michele Schiffler.

A respeito das questões que envolvem a Lei Nº 10639/2003, o professor Dr. Jorge Luiz do Nascimento e a Professora Dr^a Jurema José de Oliveira são maioria. Atualmente professor na graduação, Jorge Nascimento orientou, no período que compôs o quadro de docentes da pós-graduação, 3 dissertações e 1 tese, os percentuais são de 7% e 20%, respectivamente. Já Jurema Oliveira orientou 6 dissertações do total de 21, isto é, 35% das pesquisas. Reconhecemos a relevância e dedicação dos professores na orientação das pesquisas e lamentamos o falecimento da professora Jurema Oliveira em 02/10/2022. A partir desse acontecimento, o programa ficou sem representatividade, já que Jorge e Jurema eram os únicos docentes negros.

JUREMA OLIVEIRA, PRESENTE!

Em decorrência do risco de perda da vaga de professor efetivo, no dia 11 de novembro de 2022 os professores do Departamento de Línguas e Letras, do qual faz parte o Programa de Pós-Graduação, reuniram-se para, entre outros assuntos, deliberar sobre concurso para professor de literatura na vaga aberta com o falecimento da professora Jurema. A decisão, em votação virtual secreta, foi ceder a vaga para a área de língua e literatura francesa. Os discentes foram informados e convocados a manifestarem-se no Departamento de Línguas e Letras e na Direção do CCHN. Em pouco tempo, a insatisfação alcançou as redes sociais, movimentou as notícias nos jornais, coletivos, movimentos sociais, dentre outros. Várias notas de solidariedade e moção de apoio foram publicadas, reconhecendo a situação como racismo institucional. Em virtude da enorme mobilização que teve protagonismo do movimento negro, uma reunião extraordinária aconteceu no dia 17 de novembro e decidiu-se voltar atrás na decisão tomada anteriormente, isto é, haverá concurso público para professor de literatura na linha de africanidades.

⁴ Para mais informações sobre o assunto: <http://jornalismo.ufsj.edu.br/van/uma-biografia-de-machado-de-assis-um-dos-fundadores-da-academia-brasileira-de-letras/>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou mapear as pesquisas que envolvem o tema das Leis Nº 10.639/2003 e a 11.645/2008, no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo. Para isso, iniciamos nossa análise por meio de uma discussão sobre a referida Lei e a iminência de seu vigésimo aniversário. Enfatizamos a importância do avanço que a já referenciada lei traz para a pesquisa acadêmica e a repercussão na sociedade. Em seguida, justificamos nossa escolha pela análise de trabalhos em pesquisa literária, apresentamos levantamento realizado na página do Programa de Pós-graduação supracitado, com breves comentários sobre as dissertações e teses desenvolvidas por pesquisadores da área de literatura. Por fim, apontamos os coletivos, os movimentos e os núcleos voltados para o antirracismo, para a disseminação e valorização da cultura negra e afro-brasileira no Espírito Santo.

Nesse sentido tornou-se importante acompanhar o que os pesquisadores vêm produzindo a respeito do tema no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Espírito Santo. Portanto, o diálogo com teses e dissertações que abordam o referido tema nos possibilitou conhecer aspectos inerentes ao tema, por meio das apropriações de cada pesquisador e a referenciar e ratificar a importância de se fazer pesquisa para que haja uma transformação do pensamento colonialista que está imbricado na sociedade brasileira.

E ao defendermos a luta antirracista nos contrapomos ao que o pesquisador Clóvis Moura escreveu “Ao longo da história, o racismo foi a justificação dos privilégios das elites e dos infortúnios das classes subalternas. Agora ele se renova como instrumento de dominação” (MOURA, 2021). Nesse sentido, devemos ter o compromisso com a erradicação do racismo em nossa sociedade e que ele não se renove como instrumento de dominação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003*. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 20 nov. 2022.

BRASIL. *Lei 11.645 de 10 de março de 2008*. D.O.U. de 10 de março de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em 20 nov. 2022.

COUTO, Mia. *O fio das missangas*. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.

GOMES, Nilma Lino et al. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal*, v. 10639, n. 03, 2005, p. 39-64.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. Companhia das Letras, 2020.

MACEDO, José Rivair; REIS, Luiza Nascimento; MOTA, Thiago Henrique. *Carta do GT de História da África da ANPUH a todos os professores de história*. UFRGS, 2020. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ifch/index.php/br/carta-do-gt-de-historia-da-africa-da-anpuh-a-todos-os-professores-de-historia>> Acesso em: 15 de novembro de 2022.

MOURA, Clóvis. O racismo como arma ideológica de dominação. *Vermelho*. 21/03/2021. Disponível em: <<https://vermelho.org.br/2021/03/21/o-racismo-como-arma-ideologica-de-dominacao-por-clovis-moura/>>. Acesso em 15 de novembro de 2022.

OLIVEIRA, Jurema. “As marcas da ancestralidade na escrita de autores contemporâneos das literaturas africanas de língua portuguesa”. *Revista Signótica*. v. 26, n. 1, p. 45-67, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/in-dex.php/sig/issue/view/1534/showToc> Acesso em 20 abr. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Programa de Pós-Graduação em Letras - dissertações defendidas: Disponível em: <https://letras.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGL/disserta%C3%A7%C3%B5es-defendidas>. Acesso em 15 nov. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Programa de Pós-Graduação em Letras - teses defendidas: Disponível em: <https://letras.ufes.br/pt-br/pos-graduacao/PPGL/teses-defendidas?page=2>. Acesso em 15 nov. 2022.

RIBEIRO, Djamila. *Pequeno Manual Antirracista*. 2019. Editora Companhia das Letras, São Paulo.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de fala*. 2019, Editora Jandaíra, São Paulo.

SILVA, Ana Célia da. *A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?* Salvador: EDUFBA, 2011.

Recebido em: 01/12/2022

Aprovado em: 22/03/2023

Publicado em: 04/09/2023



10.29281/r.decifrar.2023.1a_t04